

Fl. Livro

Fl. Ata 33

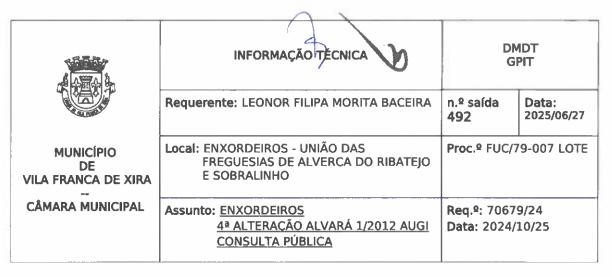
Reunião de 2025/07/09

Procº FUC/79-007 LOTE

Deliberação nº

ATA EM MINUTA

1.	Assunto: 4ª ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR ENXORDEIROS, ALVERCA DO RIBATEJO, TITULADO PELO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO Nº 1/2012-AUGI, DE 27/06 – ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA
2.	Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 492/25, de 27/06, da DMDT/GPIT, para aprovação da abertura de consulta pública, pelo período de 15 dias, nos termos do nº 2 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações em vigor, conjugado com o nº 3, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificações e Taxas por Operações Urbanísticas, da 4º alteração ao loteamento denominado por Enxordeiros, em Alverca do Ribatejo, titulado pelo alvará de loteamento nº 1/2012-AUGI, de 27/06
3.	Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 492/25, de 27/06, da DMDT/GPIT, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
4.	Dotação orçamental: Plano Orçam
5.	Disposições legais aplicáveis:
6.	Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.
7.	Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente



O processo de reconversão da AUGI Enxordeiros, foi organizado como operação de loteamento da iniciativa da Câmara Municipal.

Para o loteamento foi emitido o Alvará n.º 01/2012-AUGI de 27/06, a 1º alteração em 2019/09/27, a 2º alteração em 2021/03/15 e a 3º alteração em 2024/01/15.

Posteriormente, verificaram-se as seguintes situações:

- Lote 34 No âmbito do projeto de legalização entregue para a moradia existente no lote, verificou-se que a construção contempla + 1 fogo (no total de 2 fogos), o acréscimo de 0,40m na cércea e +36,00m³ no volume da construção.
- Lote 46 Para viabilizar a legalização de alterações e ampliação executadas na moradia existente no lote, a proprietária solicita que seja aceite a alteração dos parâmetros urbanísticos previstos, nomeadamente que seja contemplado um sótão destinado a arrumos, a consequente alteração da cércea para 7,63m, o aumento de 42,80m² na área de construção, e o acréscimo de 182,40 m² na volumetria.

De referir que as alterações pretendidas não comprometem os índices de implantação e construção definidos para o loteamento, que estão em conformidade com o previsto na 1ª revisão do PDM.

Face ao exposto, verificando-se que a proposta apresentada se conforma com as disposições do PDM em vigor, propõe-se o envio a Reunião de Câmara da alteração n.º 4 ao Alvará n.º 01/2012-AUGI, para aprovação de um período de Consulta Pública, pelo período de 15 dias, nos termos do nº2 do artigo 22º do Decreto-Lei 555/99, de 16/12, com as várias alterações, conjugado com o nº3 do artigo 6º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificações e Taxas por Operações Urbanísticas.

Anexos:

- 1. Planta de Localização
- 2. Planta de Síntese 4ª Alteração ao Alvará n.º 01/2012
- 3. Planta de Alterações 4ª Alteração ao Alvará n.º 01/2012
- 4. Regulamento de Construção 4ª Alteração ao Alvará n.º 01/2012

Data: 2025/06/27

O Técnico, Rita Campos 27-06-2025

(RITA MARIA CRUZ DA COSTA CAMPOS VEIGA)



Proposta Chefe de Divisão: Sr. Dir. Mun. Luís Sousa,

INFORMAÇÃO TÉCNICA (Continuação)

n.º Pág. 2/2 Proc.º

Despachos:

início do período de Consulta Pública. Ricardo Ramalho 27-06-2025	
Proposta Diretora de Departamento:	
Despacho Diretor Municipal: Sr. Presidente da Câmara: Propõe-se o envio a reunião de câmara para aprovação. 27-06-2025 Luis Miguel A Matas de Sous3	
Despacho Presidente:	
À reunião de Câmara para aprovação nos termos propostos pelos serviços.	i i i i i i i i i i i i i i i i i i i
28-06-2025	Fernando Paulo Ferreira



LEGENDA

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

GABINETE DE PLANEAMENTO
E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL
OUVERANO
SOURCE SOURCE
SOURCE SOURCE
OUVERANO
OUVER





KUA ANTÓNIO DIAS LOURERO N.M., 2600-134, VILA FRANCA DE XIRA - 263 285 600 MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA CÂMARA MUNICIPAL

Direção Municipal de Desenvolvimento do Território
- Gabinete de Planeamento e Inteligência Territorial-

LOCALIZAÇÃO ENXORDEIROS - Alverca do R

- Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira

LOTEAMENTO URBANO

1/5000

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
- 4ª Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2012 AUGI -

01 Junho 2025

ARQUIVO

CHEFE DE DIVISÃO DO GPIT

Ricardo Ramalho

PROC NºJ CLASS

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS Rita Campos
- Urbanista -

Campos Carla Alcobia banista - Engenheira Civil - LACAMINS POR



LOTE	ÁREA DE LOTE	ÁREA DE IMPLANTAÇÃO (máx.)	ÁREA DE CONSTRUÇÃO 1º e 2º pisos (máx.)	CAVE * (máx.)	ANEXO** (máx.)	ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL (máx.)	NÚMERO DE PISOS	DE FOGOS	CERCEA (máx.)	uso	VOLUME CONSTRUÇÃO (máx.)	OBSERVAÇÕES	CONFRONTAÇÕES		TAÇÕES		
	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(m²)	(máx.)	(máx.)	(m)		(m ³)		NORTE	SUL	NASCENTE	POENTE	
78	209,60	53,70	53,70	53,70	6,40	113,80	1+cv	1	3,0	Habitação	161,10	Construção Existente	Arruamento	Limite Propriedade	Lote 79	Lote 77	
79	207,40	79,60	79,60	79,60	22,20	181,40	1+cv	1	3,0	Habitação	238,80	Construção Existente	Arruamento	Limite Propriedade	Limite Propriedade	Lote 78	
80	428,60	294,60	294,60	43,00	80,70	418,30	1+cv+st	2	3,5	Habit./Serviços	1 031,10	Construção Existente	Lote 81	Limite Propriedade	Limite Propriedade	Arruamento	
81	403,40	154,70	309,40		16,15	325,55	2	1	6,0	Habitação	928,20	Construção Existente	Lote 82	Lote 80	Limite Propriedade	Arruamento	
82	280,30	72,00	72,00		40,00	112,00	1+st	1	3,5	Habitação	252,00	Construção Existente	Lote 83	Lote 81	Limite Propriedade	Arruamento	
83	352,60	197,10	394,30		76,50	470,80	2+st	1	6,5	Hab./com.	1 281,15	Construção Existente	Arruamento	Lote 82	Limite Propriedade	Arruamento	
84	328,30	80,75	80,75	47,50	56,50	184,75	1+cv	1	3,5	Habitação	282,63	Construção Existente	Limite Propriedade	Arruamento	Limite Propriedade	Lote 85	
85	313,50	158,30	158,30		18,00	176,30	1	1	3,0	Habit./Serviços	474,90	Construção Existente	Limite Propriedade	Arruamento	Lote 84	Lote 86	
86	481,50	84,70	169,40	84,70	42,60	296,70	2+cv+st	2	6,5	Habitação	550,55	Construção Existente	Limite Propriedade	Arruamento	Lote 85	Lote 87	
87	492,50	100,62	201,24	92,00	28,60	321,84	2+cv	2	6,5	Habita./Indust.	654,03	Construção Existente	Limite Propriedade	Arruamento	Lote 86	Lote 88	
88	314,00	92,30	195,20		40,00	235,20	2+st	2	6,0	Habitação	553,80	Construção Existente	Limite Propriedade	Arruamento	Lote 87	Lote 89	
89	338,50	122,20	244,40		22,40	266,80	2+st	2	6,5	Habitação	794,30	Construção Existente	Limite Propriedade	Arruamento	Lote 88	Arruamento	
TOTA	27 656,42	9 358,23	16 326,04	4 258,34	2 278,51	22 862,89		107			52 799,98						
Hab./Com./Serv Habitação, Comércio e Serviços																	
* - Nas novas construções a cave destina-se exclusivamente a estacionamento automovél																	
** - Nos lotes sem cave o anexo destina-se a estacionamento automóvel																	
*** - O anexo existente tem 2 pisos e 1 fogo.																	

QUADRO GERAL DO LOTEAMENTO

ÁREA DE INTERVENÇÃO	35.680,00 m2
TOTAL ÁREA DOS LOTES	27.656,42 m2
TOTAL ÁREA DE IMPLANTAÇÃO	11.636,74 m2
TOTAL ÁREA DE CONSTRUÇÃO	18.604,55 m2
ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO	0,33
ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO	0,52
DENSIDADE HABITACIONAL	29,9 FOG/HA
VOLUME MÁXIMO DE CONSTRUÇÃO	52.799,98 m3
NÚMERO MÁXIMO DE FOGOS	107

ÁREAS A CEDER PARA DOMINIO PÚBLICO

8.023,58 m2

LEGEND	A
	LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO
	DELIMITAÇÃO DO LOTE
00	NUMERO DO LOTE
	CONSTRUÇÃO EXISTENTE A MANTER
	POLÍGONO PARA IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS CONSTRUÇÕES
	ÁREA DESTINADA Á CONSTRUÇÃO DE ANEXOS
	CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO TEMPORÁRIA
	FAIXA DE PROTECÇÃO Á LINHA DE ÁGUA - Non Aedificanti (5m)
	FAIXA DE PROTECÇÃO Á LINHA DE ÁGUA - (10m)



GABINET E INTELIC

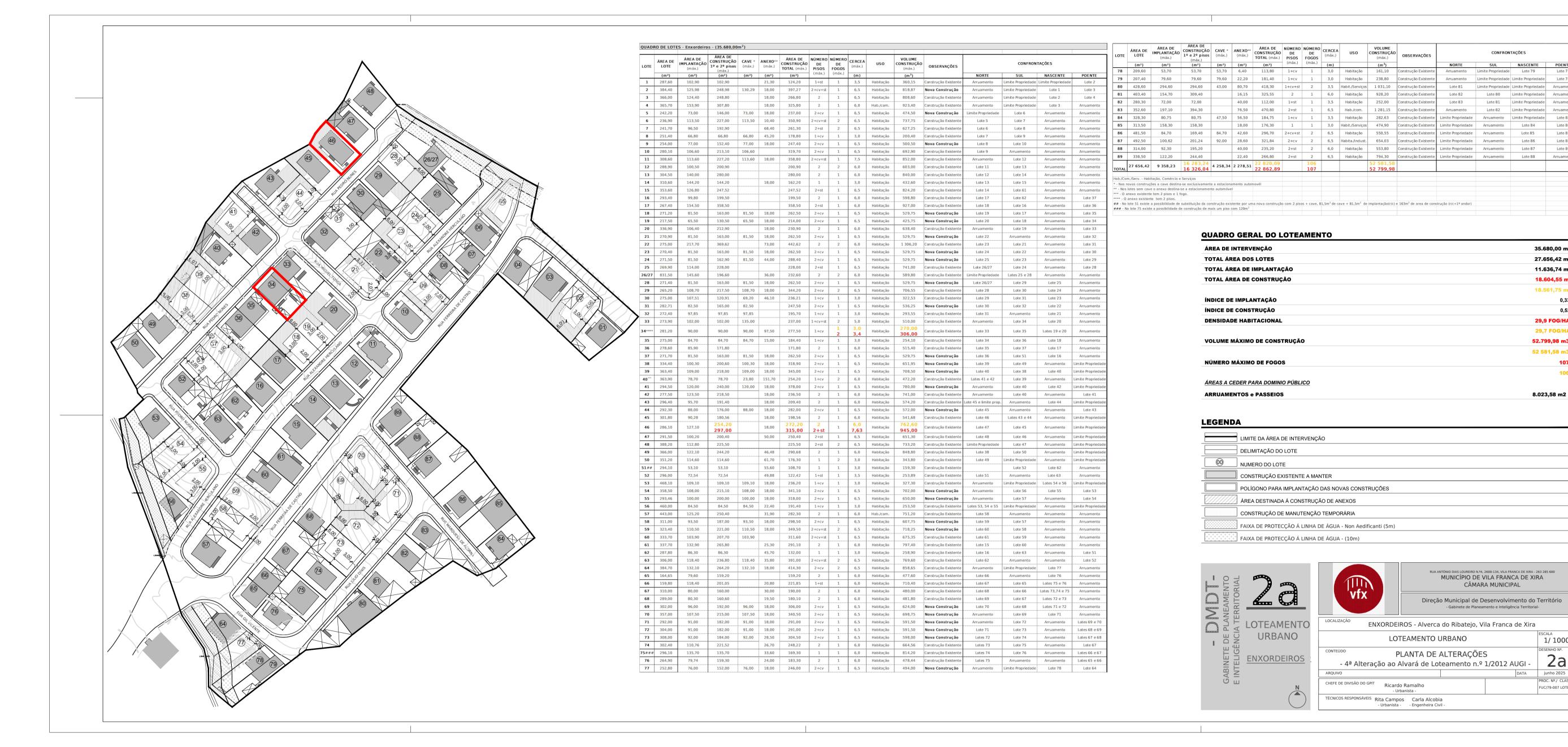


MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA CÂMARA MUNICIPAL Direção Municipal de Desenvolvimento do Território - Gabinete de Planeamento e Inteligência Territorial-

ENXORDEIROS - Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira

	LOTEAMENTO URBANO								
	PLANTA DE SÍNTESE - 4ª Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2012 AUGI -								
	ARQUIVO			DATA	junho 2025				
	CHEFE DE DIVISÃO DO GPIT Ricardo Ramalho - Urbanista -				PROC. Nº./ CLASS. FUC/79-007 LOTE				

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS Rita Campos Carla Alcobia - Urbanista - Engenheira Civil -



35.680,00 m2

27.656,42 m2

11.636,74 m2

18.604,55 m2 18.561,75 m2

29,9 FOG/HA

29,7 FOG/HA

52.799,98 m3

52 581,58 m3

8.023,58 m2

1/1000 DESENHO Nº.

2a

junho 2025 PROC. Nº./ CLASS.

FUC/79-007 LOTE

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

- Gabinete de Planeamento e Inteligência Territorial-

CÂMARA MUNICIPAL

0,33 0,52



ESTUDO DE LOTEAMENTO URBANO

ENXORDEIROS REGULAMENTO

- 4ª Alteração ao Alvará 01/2012-AUGI -



ESTUDO DE LOTEAMENTO URBANO ENXORDEIROS- 4ª Alteração ao Alvará 1/2012-AUGI — REGULAMENTO

Índice

PREÂMBULO	pág.2
CAPITULO I	
Disposições gerais	
ARTIGO 1º	
(Objeto e Âmbito Territorial)	pág.2
ARTIGO 2º	
(Constituição do Estudo de Loteamento)	pág.2
ARTIGO 3º	
(Vinculação)	pág.2
ARTIGO 4º	
(Definições)	pág.3
ARTIGO 5º	
(Condicionantes)	pág.4
CAPITULO II	
Fracionamento e Ocupação das frações	
ARTIGO 6º	
(Fracionamento e Uso)	pág.4
ARTIGO 7º	
(Valores Gerais e Índices Urbanísticos do Loteamento Urbano)	pág.4
ARTIGO 8º	
(Parâmetros Urbanísticos para a implementação de Edificios com Uso I ARTIGO 9º	Habitacional) pág.5
(Construções Existentes)	pág.5
ARTIGO 109	
(Áreas de Construção e de Implantação Suplementares)	pág.5
ARTIGO 11º	
(Estacionamento Automóvel)	pág.6
ARTIGO 12º	
(Áreas Máximas de Construção e de Implantação)	pág.6
ARTIGO 13º	
(Área Permeável)	pág.6
CAPITULO III	
Disposições Complementares	
ARTIGO 14º	
(Uso das construções)	pág.6
ARTIGO 15º	
(Drenagem das águas pluviais no interior do lote)	pág.7
ARTIGO 16º	
(Poluição Ambiental)	pág.7
ARTIGO 17º	
(Disposições Gerais)	pág. 7
ARTIGO 18º	
(Cedências)	pág. 8



ESTUDO DE LOTEAMENTO URBANO

ENXORDEIROS - 4ª Alteração ao Alvará 01/2012-AUGI - REGULAMENTO

PREÂMBULO

O presente Regulamento visa definir as ações e estabelecer linhas de orientação que permitam controlar as intervenções urbanísticas decorrentes da implementação do Processo de Reconversão Urbanístico da AUGI dos Enxordeiros, sita na união de freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, concelho de Vila Franca de Xira.

CAPITULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1º

(Objeto e Âmbito Territorial)

- 1- A Operação de loteamento a que se refere o presente regulamento designado por Loteamento dos Enxordeiros, é o instrumento definidor do fracionamento da propriedade e das tipologías de uso do solo e condições de edificabilidade, para os lotes a construir na área da operação.
- 2- O Loteamento Urbano é elaborado nos termos da Lei nº 91/95 de 2 de setembro, com as várias alterações, bem como as demais legislações aplicáveis.

ARTIGO 2º

(Constituição do Estudo de Loteamento)

- 1. O Loteamento Urbano dos Enxordeiros é constituído pelos elementos indicados:
 - O presente Regulamento;
 - Planta de localização;
 - Planta de Síntese;
 - Planta de Alterações...

ARTIGO 3º

(Vinculação)

Obedecerão ao disposto no presente Regulamento todas as ações de iniciativa pública, privada ou cooperativa que tenham por objetivo ou consequência a transformação do uso do solo para fins urbanísticos, sem prejuízo das atribuições e competências cometidas pela lei em vigor às demais entidades de direito público.



ARTIGO 4º

(Definições)

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento são consideradas as seguintes definições:

a) Polígono base para a implantação da construção

Perímetro que demarca a área na qual pode ser implantado o edifício.

b) Índice de implantação

Multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre o somatório da área de implantação das construções e a área ou superfície de referência onde se pretende aplicar de forma homogénea o índice. Pode ser bruto, líquido ou ao lote consoante seja aplicado, respectivamente, à totalidade da área em causa, à totalidade da área em causa com exclusão das áreas afectas a equipamentos públicos e vias de atravessamento ou ao somatório das áreas dos lotes (incluindo logradouros privados, mesmo que de uso colectivo). Quando não é feita referência ao tipo de índice, presume-se que se trata de um índice bruto.

c) Índice de construção

Multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre o somatório das áreas de construção (em m²) e a área ou superfície de referência (em m²) onde se pretende aplicar de forma homogénea o índice. Pode ser bruto, líquido ou ao lote consoante seja aplicado, respectivamente, à totalidade da área em causa, à totalidade da área em causa com exclusão das áreas afectas a equipamentos públicos e vias de atravessamento ou ao somatório das áreas dos lotes (incluindo logradouros privados, mesmo que de uso colectivo). Quando não é feita referência ao tipo de índice, presume-se que se trata de um índice bruto.

d) Cota de soleira

Demarcação altimétrica do nível do pavimento da entrada principal do edifício. Quando o edifício se situa entre dois arruamentos a diferentes níveis com entradas em ambos, deve ser claramente indicado aquela que se considera a entrada principal.

e) Densidade habitacional

Valor expresso em fogos/ha, correspondente ao quociente entre o número de fogos existentes ou previstos e a superfície de referência em causa.

f) Novas construções

Novas construções propostas em lotes devolutos.

g) Área de implantação das infraestruturas viárias

Área adstrita a infraestruturas viárias composta pelos arruamentos, passeios e estacionamentos.



ARTIGO 5º

(Condicionantes)

Os condicionamentos à ocupação decorrem da sua génese e dos compromissos e expectativas que se foram gerando ao longo do tempo, a essas condicionantes acrescem:

- -Servidão Militar particular ao Aeródromo de Alverca, no entanto o Ministério da Defesa Nacional Direcção-Geral de Infra-estruturas emitiu o parecer favorável ao loteamento da AUGI dos Enxordeiros.
- À faixa de proteção à Linha da água, a ocupação da mesma terá de respeitar os dispostos no Decreto-Lei nº 468/71 de 5 de novembro, Lei nº54/2005 de 15/11que revoga os capítulos I e II do Decreto-Lei atrás referido e o Decreto-Lei nº 46/94 de 22 de fevereiro.

CAPITULO II

Fracionamento e Ocupação das frações

ARTIGO 69

(Fracionamento e Usos)

O Loteamento Urbano estabelece o seguinte fracionamento e usos das frações:

- a) Uma Fração, constituindo lotes para construção de edifícios, destinados a uso habitacional unifamiliar, bifamiliar e uso misto de habitação serviços, comércio e industria;
- b) Uma Fração destinada à implantação de infraestruturas viárias, constituídas pelos arruamentos compostos por faixa de rodagem automóvel e passeios pedonais adjacentes.

Os lotes são exclusivamente para habitação, no entanto foram contemplados os usos diferenciados do habitacional nas construções existentes

ARTIGO 7º

(Valores Gerais e Índices Urbanísticos do Loteamento Urbano)

O Loteamento Urbano fixa os seguintes indicadores:

a) Área de Intervenção	35.680,00 m ²					
b) Dimensão das Frações:						
b1) Área destinada a lotes de construção	27.656,42m²					
b2) Área destinada à implantação dos arruamentos compostos por faixa de rodagem						
automóvel, passeios pedonais adjacentes	8.023,58 m²					
c) Número Máximo de Fogos	107					
d) Área Máxima de implantação	11.636,74m²					



f) Área Máxima de construção	18.604,55m²
h) Índice de Implantação (11 636,74: 35 680,00)	0,33
i) Índice de Construção (18 604,55: 35 680,00)	0,52
j) População Previsíveł (2,7 hab/fogo)	289
k) Densidade habitacional (fog/ha)	29,9

ARTIGO 8º

(Parâmetros Urbanísticos para a Implementação de Edifícios com Uso Habitacional)

- 1- A ocupação de cada fracção por construção destinada a habitação, nos lotes devolutos rege-se pelos parâmetros urbanísticos definidos no quadro que acompanha a planta de síntese.
- 2- Os afastamentos às estremas deverão obedecer aos seguintes parâmetros:
 - a) Afastamento frontal: 2,00 m
 - b) Afastamento lateral: 3,00 m
 - c) Afastamento de tardoz: 6,00 m. Quando a geometria do lote o obrigue esta distância poderá ser menor, com o mínimo de 3 m.

ARTIGO 9º

(Construções Existentes)

Não são permitidas alterações nas construções existentes que impliquem aumento nas áreas de implantação e de construção.

A legalização dos usos diferenciados do habitacional, implica o cumprimento da legislação aplicável em vigor no que respeita ao estacionamento.

As construções classificadas na planta de síntese como de manutenção temporária, poderão manterse, porém para que seja autorizada qualquer obra para o lote deverão ser previamente demolidas. Nas construções existentes a cave destina-se também a habitação.

ARTIGO 10º

(Áreas de Construção e de Implantação Suplementares)

- a) No logradouro de cada fração é permitida a construção suplementar, adstrita à respetiva habitação de:
 - Anexo com 18,00 m², destinado a arrumos de material de jardinagem ou apoio lúdico ao uso do logradouro.
- b) A construção do anexo, deve obedecer à implantação indicada na planta de síntese;



- c) No caso das legalizações a implantação poderá ser diferenciada da definida na planta de síntese desde que o anexo cumpra a área indicada no quadro que acompanha a planta de síntese.
- d) Os anexos não podem possuir um pé direito superior a 2,40 m, com exceção para os anexos existentes passiveis de serem legalizados de acordo com as áreas previstas no quadro da planta de síntese.
- e) São admitidos anexos para além dos expressos nas alíneas anteriores deste que cumpram os parâmetros definidos na planta de síntese.

ARTIGO 11º

(Estacionamento Automóvel)

Cada fração deverá conter no interior do lote, pelo menos dois lugares para estacionamento automóvel. O estacionamento automóvel deverá ser contemplado na cave.

O pé direito deverá ser inferior a 2,40 m.

A rampa de acesso à cave não deve ter uma inclinação superior a 15%.

ARTIGO 12º

(Áreas Máximas de Construção e de Implantação)

As áreas máximas de implantação e de construção em cada fração são as indicadas no quadro que acompanha a planta de síntese.

ARTIGO 13º

(Área permeável)

Nos lotes devolutos deverá ser garantida uma área permeável mínima correspondente a 25% da área do lote.

CAPITULO III

Disposições Complementares

ARTIGO 14º

(Uso das construções)

Os lotes são exclusivamente para habitação, no entanto foram contemplados os usos de comércio, serviços e industria já existentes.



ARTIGO 15º

(Drenagem das águas pluviais no interior do lote)

A Câmara Municipal apenas é responsável pela realização das infra-estruturas relativas à rede pública, o encaminhamento das águas pluviais dos lotes dos particulares para a rede pública é da responsabilidade dos proprietários dos lotes.

ARTIGO 169

(Poluição Ambiental)

- Não podem ser descarregadas águas residuais na ETAR que serve a área quando impliquem prejuízos para o sistema de tratamento instalado.
- 2. É proibido o abandono, a descarga e a eliminação não controlada dos resíduos bem como o seu tratamento, valorização ou eliminação em unidades não autorizadas.
- No interior dos lotes não podem ser depositados resíduos sólidos que provoquem a degradação ambiental ou paisagística.
- 4. Nas zonas públicas não podem ser constituídos depósitos de materiais ou resíduos.
- 5. É proibido o lançamento de óleos usados e gorduras no solo, nas águas e nos esgotos.
- 6. É proibida a eliminação de óleos usados por processos de quelma que provoquem poluição atmosférica acima dos níveis estabelecidos pelas disposições legais em vigor.

ARTIGO 17º

(Disposições Gerais)

1. Cércea

Poderá ser aceite uma cércea superior à indicada na planta de síntese desde que devidamente justificada.

2. Cotas de Soleira

A cota de soleira da construção é definida tendo como referência, a cota do arruamento correspondente à entrada principal da construção, e não deve elevar-se a mais de 0,70 m, relativamente à rasante do arruamento.

No entanto, será admitida uma cota de soleira superior à indicada se a topografia o exigir de modo a reduzir as movimentações de terras.

3. Acessos verticais

As escadas deverão sempre ser interior e incluídas na área de construção, para edificações a construir.



4. Caves

- a) A cave poderá ter o uso habitacional desde que sejam ocupados no máximo 2pisos para habitação, e desde de que seja cumprida toda a legislação aplicável em vigor assim como os parâmetros definidos no quadro da planta de síntese.
- b) Para as novas construções a edificar com 2pisos+cave mantém-se o disposto no artigo 11º.

5. Varandas

As varandas não são incluídas na área de construção.

6. Vedação das Frações ou Lotes

Os muros de vedação frontais e os que confinam com áreas de cedência serão executados com 0,90m de altura em alvenaria, podendo ser acrescidos de 0.60m de gradeamento de modo a não ultrapassar 1,5m de altura medidos no ponto médio.

7. Cores

As cores a aplicar deverão ser claras. Outros revestimentos serão permitidos desde que o material aplicado não provoque grandes impactes visuais.

8. Mobiliário Urbano

O mobiliário Urbano deve ser colocado de forma contínua e coerente de modo a não implicar com a circulação nos passeios de modo a permitir um espaço livre suficiente para a circulação pedonal.

ARTIGO 18º

(Cedências)

- 1. Constituem cedências das entidades privadas ao município de Vila Franca de Xira todos os espaços da parcela fracionada que não sejam integrados nas frações destinadas prioritariamente ao uso habitacional.
- 2. Constituem cedências ao município:
- a) As áreas destinadas a arruamentos, passeios e estacionamentos, com uma área de 8.023,78 m².

Assinado por: CARLA ALEXANDRA DOS SANTOS DA SILVA ALCOBIA FERREIRA Num. de Identificação:

Data: 2025.06.25 12:10:12+01'00'

Assinado por: RITA MARIA CRUZ DA COSTA CAMPOS VEIGA
Num. de Identificação:
Data: 2025.06.25 12:00:32+01'00'





Vila Franca de Xira, junho 2025